

**ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR E INTERSETORIAL NO TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: REVISÃO NARRATIVA SOBRE INTERVENÇÃO
PRECOCE, DIREITOS E INCLUSÃO ESCOLAR**

**MULTIDISCIPLINARY AND INTERSECTORAL PRACTICE IN AUTISM SPECTRUM
DISORDER IN EARLY CHILDHOOD: A NARRATIVE REVIEW ON EARLY INTERVENTION,
RIGHTS, AND SCHOOL INCLUSION**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-078>

Renan Felipe Pereira Gonçalves

Graduando em Enfermagem e em Terapia Ocupacional

Larissa de Cássia da Silva Berres

Graduanda em Medicina

Rayane Demarco Sklar

Graduanda em Biomedicina

Sueli Kuttert Claro dos Santos

Graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional e em Educação Especial e Inclusiva. Graduanda em Terapia Ocupacional

Lucia Marcinek

Graduada em Letras Português e Pós-graduada em Português e Literatura, Educação Especial e Inclusiva e em Mídias na Educação. Graduanda em Terapia Ocupacional

Josiane Fatima Fernandes

Graduada em Enfermagem

Taysmara Ramos

Graduada e Pós-graduada em Enfermagem

Mayara Bisognin Carneiro de Siqueira

Graduada em Psicologia, Pós-graduada em Neuropsicologia e em Terapia Cognitivo Comportamental

Fernanda Correa de Melo

Graduada em Direito, Pós-graduada em Gestão de Terceiro Setor e Mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

Juliana Valerio Silva

Graduada em Farmácia, Mestra em Ciência Animal, Doutora e Pós-doutora em Ciências Farmacêuticas

Fernando Sluchensci dos Santos

Graduado em Fisioterapia e Pós-graduado em Fisioterapia Manipulativa, Mestre em Nanociências e Biociências e Doutorando em Ciências Farmacêuticas

Resumo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) manifesta-se na primeira infância com alterações na comunicação e comportamento, exigindo diagnóstico e intervenções oportunas. Este estudo objetivou analisar as evidências científicas e diretrizes normativas recentes sobre a atuação multidisciplinar, a intervenção precoce e a integração entre saúde e educação no acompanhamento de crianças com TEA nos anos iniciais no Brasil. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com análise documental, de abordagem qualitativa, cuja busca incluiu as bases SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES, BVS/LILACS e repositórios ministeriais. Os achados evidenciam que a intervenção precoce potencializa a plasticidade cerebral e favorece o neurodesenvolvimento infantil. A atuação conjunta de médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e educadores mostra-se essencial para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), enquanto abordagens como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e o engajamento familiar fortalecem a aprendizagem e a socialização. Embora leis como o Estatuto da Pessoa com Deficiência garantam o acesso à escola regular e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), persistem desafios como o diagnóstico tardio, a infraestrutura precária, a falha na articulação intersetorial e as lacunas na formação continuada dos docentes. Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva e do cuidado integral à criança com TEA depende da superação da fragmentação assistencial, da capacitação profissional e do contínuo investimento em políticas públicas integradas entre saúde, educação e família.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Equipe Multidisciplinar; Intervenção Precoce; Políticas Públicas; Transtorno do Espectro Autista.

Abstract

Autism Spectrum Disorder (ASD) manifests in early childhood with impairments in communication and behavior, requiring timely diagnosis and interventions. This study aimed to analyze recent scientific evidence and normative guidelines regarding multidisciplinary practice, early intervention, and the integration between health and education sectors in supporting children with ASD in their early schooling years in Brazil. This is a qualitative narrative literature review combined with documentary analysis, using searches across SciELO, Google Scholar, CAPES Periodicals, VHL/LILACS, and official ministerial repositories. The findings highlight that early intervention leverages neuroplasticity and fosters child neurodevelopment. The joint performance of physicians, psychologists, speech therapists, occupational therapists, physical therapists, and educators is essential for developing the Individualized Development Plan (IDP), while approaches such as Applied Behavior Analysis (ABA), Augmentative and Alternative Communication (AAC), and family engagement enhance learning and socialization. Although legal

frameworks such as the Brazilian Inclusion Law guarantee access to mainstream schools and Specialized Educational Services (SES), persistent challenges remain, including delayed diagnoses, inadequate infrastructure, weak intersectoral articulation, and gaps in continuing teacher education. It is concluded that consolidating inclusive education and comprehensive care for children with ASD depends on overcoming care fragmentation, investing in professional training, and strengthening integrated public policies involving health, education, and the family.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Early Intervention; Inclusive Education; Multidisciplinary Team; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações na comunicação e interação social, associadas a comportamentos e interesses restritos e repetitivos. Sua manifestação é heterogênea e pode repercutir na linguagem, aprendizagem, autonomia e participação social, tornando fundamental a identificação das necessidades individuais da criança e o planejamento de intervenções precoces e personalizadas (Franz et al., 2022; Pires; Grattão; Gomes, 2024).

A primeira infância representa um período importante para o desenvolvimento de habilidades comunicativas, cognitivas, motoras e socioemocionais. A identificação precoce de sinais do TEA e o acesso oportuno às intervenções podem favorecer o desenvolvimento infantil, embora os resultados também dependam de fatores como características individuais, qualidade da intervenção, participação familiar e condições socioeconômicas (Daniolu; Pandis; Znoj, 2022; Mcglade et al., 2023).

Nesse contexto, a atuação multidisciplinar é fundamental, considerando a diversidade de necessidades apresentadas pelas crianças com TEA. A integração entre profissionais da saúde e da educação, incluindo médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e educadores, possibilita uma abordagem mais ampla e individualizada, favorecendo a definição de objetivos compartilhados e a continuidade do cuidado (Menezes et al., 2022; Kalb; Contractor; Engel, 2023).

Entre as principais estratégias utilizadas encontram-se intervenções comportamentais, desenvolvimentais, comunicativas, educacionais e aquelas mediadas por pais ou cuidadores. Evidências recentes apontam benefícios potenciais dessas abordagens sobre aspectos como comunicação social, linguagem, comportamento adaptativo e interação, embora os resultados apresentem variações conforme a intervenção e o desfecho analisado (Sandbank et al., 2023; Deniz et al., 2024).

Apesar dos avanços, o acompanhamento de crianças com TEA ainda enfrenta desafios relacionados ao acesso aos serviços especializados, à continuidade do cuidado e à articulação entre profissionais, família,

saúde e educação. Dessa forma, uma abordagem integrada deve considerar não apenas as necessidades clínicas da criança, mas também sua participação nos diferentes contextos sociais e educacionais (Yi; Kim; Lee, 2022; Zappella et al., 2023).

Diante disso, a análise da atuação multidisciplinar na primeira infância é relevante para compreender as estratégias utilizadas no acompanhamento de crianças com TEA e seus potenciais benefícios. Assim, este capítulo tem como objetivo analisar, por meio de uma abordagem narrativa, as evidências científicas recentes sobre a atuação multidisciplinar no TEA, destacando a importância da intervenção precoce, da integração profissional e da participação familiar.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura, acompanhada de análise documental de órgãos oficiais nacionais. Optou-se por este método investigativo pois, conforme destaca Rother (2007), a revisão narrativa possibilita uma compreensão ampla e fundamentada sobre determinado tema, permitindo a integração harmônica entre achados científicos, diretrizes assistenciais, documentos oficiais e marcos normativos.

A construção do estudo foi fundamentada na seguinte pergunta norteadora: *"Quais são as evidências científicas e as diretrizes normativas recentes acerca da atuação multidisciplinar, da intervenção precoce e da integração entre os setores da saúde e da educação no acompanhamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais da infância no Brasil?"*.

O levantamento bibliográfico e documental foi realizado entre os meses de dezembro de 2025 a julho de 2026, mediante consulta às bases de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Google Acadêmico, Periódicos CAPES e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde / LILACS), além de repositórios oficiais do Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Para a busca dos materiais, utilizaram-se descritores em saúde e educação em diferentes combinações, tais como: "Transtorno do Espectro Autista", "Atuação Multidisciplinar", "Intervenção Precoce", "Equipe Interdisciplinar", "Educação Inclusiva" e "Desenvolvimento Infantil".

Como critérios de inclusão, estabeleceram-se: artigos científicos completos (originais e revisões), legislações, decretos, diretrizes clínicas/pedagógicas e políticas públicas nacionais, publicados em língua portuguesa, que abordassem diretamente a intervenção multidisciplinar, a prática intersectorial ou os direitos e estratégias psicoeducativas voltadas ao TEA na primeira infância e nos anos iniciais do ensino. Foram excluídos estudos duplicados, manuscritos que não respondiam à pergunta norteadora, trabalhos focados exclusivamente no contexto adulto ou em cenários internacionais sem aplicabilidade ao sistema de saúde e ensino brasileiro, bem como editoriais e notas curtas sem fundamentação metodológica.

A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e categorizada, sintetizando os achados de modo a evidenciar o papel dos diferentes profissionais de saúde e educação (como médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e pedagogos), os desafios da articulação intersetorial e a relevância do envolvimento familiar na intervenção precoce.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 RELEVÂNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOCE E OS IMPACTOS NO NEURODESENVOLVIMENTO INFANTIL

A primeira infância constitui uma janela crítica de plasticidade cerebral, tornando a identificação precoce dos sinais do TEA decisiva para o prognóstico de desenvolvimento da criança (Franz et al., 2022). A implementação de estratégias de rastreio oportunas favorece a minimização de prejuízos cognitivos e sociais graves, assegurando o início rápido de estímulos terapêuticos direcionados às necessidades individuais (Pires; Grattão; Gomes, 2024).

Evidências científicas demonstram que as intervenções iniciadas nos primeiros anos de vida promovem ganhos substanciais no comportamento adaptativo e no processamento neurocognitivo infantil (Mcglade et al., 2023). A literatura internacional enfatiza que a estimulação sistemática e precoce atenua desfechos comportamentais disfuncionais e melhora a qualidade de vida global da criança e de seus familiares (Daniolu; Pandis; Znoj, 2022).

Apesar da eficácia comprovada dos programas precoces, a variabilidade nos resultados individuais ressalta a importância de personalizar as condutas terapêuticas conforme as características de cada criança (Sandbank et al., 2023). Desse modo, o diagnóstico e a intervenção não devem ser postergados, devendo a rede assistencial priorizar ações imediatas assim que identificados os primeiros atrasos no neurodesenvolvimento (Pires; Grattão; Gomes, 2024).

Contudo, observa-se no cenário brasileiro que o diagnóstico tardio ainda impede que muitas crianças usufruam dos benefícios da plasticidade neural na fase inicial da vida (Franz et al., 2022). O fortalecimento da atenção primária e a capacitação das equipes de saúde são indispensáveis para superar essas lacunas temporais e garantir intervenções efetivas antes do ingresso escolar (Brasil, 2015).

3.2 ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E A INTEGRAÇÃO SAÚDE-EDUCAÇÃO

A complexidade e a heterogeneidade das manifestações do autismo demandam a atuação coordenada de uma equipe multiprofissional para cobrir todas as demandas de saúde e aprendizagem (Menezes et al., 2022). A integração entre médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais,

fisioterapeutas e educadores assegura uma visão integral do desenvolvimento, superando condutas fragmentadas (Kalb; Contractor; Engel, 2023).

A sinergia entre os setores da saúde e da educação possibilita o alinhamento de objetivos terapêuticos e pedagógicos, favorecendo o desempenho da criança tanto no ambiente clínico quanto no contexto escolar (Yi; Kim; Lee, 2022). Práticas colaborativas estabelecem um canal contínuo de comunicação entre terapeutas e docentes, o que potencializa a generalização das habilidades aprendidas em diferentes cenários sociais (Menezes et al., 2022).

No âmbito pedagógico, a atuação integrada da equipe multidisciplinar contribui para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), adequando os estímulos às potencialidades de cada estudante (Zappella et al., 2023). A convergência de saberes possibilita identificar barreiras de aprendizagem e aplicar adaptações sensoriais e motoras indispensáveis à participação plena em sala de aula (Brasil, 2014).

Entretanto, persistem gargalos na articulação intersetorial entre as redes públicas de saúde e ensino no Brasil, o que compromete a continuidade do cuidado (Yi; Kim; Lee, 2022). A criação de protocolos institucionais de comunicação e a implementação de reuniões periódicas entre profissionais da saúde e professores constituem passos urgentes para a consolidação desse modelo integrado (Kalb; Contractor; Engel, 2023).

3.3 ABORDAGENS PSICOEDUCATIVAS E O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NO PROCESSO INCLUSIVO

As intervenções psicoeducativas, especialmente aquelas mediadas por pais ou cuidadores, têm demonstrado alta eficácia no fortalecimento da comunicação social e da regulação emocional (Deniz et al., 2024). Capacitar a família para aplicar estratégias no ambiente doméstico amplia as oportunidades de aprendizado da criança, transformando as rotinas diárias em momentos contínuos de estimulação (Sandbank et al., 2023).

O engajamento ativo dos pais reduz os níveis de estresse familiar e eleva o sentimento de autoeficácia no manejo de comportamentos desafiadores no cotidiano (Deniz et al., 2024). Programas de orientação parental fundamentados em evidências fornecem ferramentas práticas que complementam os atendimentos clínicos e pedagógicos, fortalecendo a rede de apoio da criança (Zappella et al., 2023).

No ambiente educacional, o emprego de metodologias como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e estratégias de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) impulsiona a autonomia do aluno com TEA (Sandbank et al., 2023). A utilização desses recursos adaptados minimiza barreiras atitudinais e comunicativas, facilitando a interação com pares neurotípicos nos anos iniciais da infância (Deniz et al., 2024).

Assim, a aliança entre equipe profissional, escola e núcleo familiar consolida um ambiente inclusivo, seguro e estruturado para o desenvolvimento infantil (Pires; Grattão; Gomes, 2024). A consistência das rotinas e a padronização das abordagens comportamentais entre a casa e a escola resultam em progressos significativos na socialização e na aprendizagem (Yi; Kim; Lee, 2022).

3.4 MARCOS LEGAIS, DIREITOS E DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

O arcabouço normativo brasileiro, com destaque para a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), garante o direito da criança com TEA à matrícula em escolas regulares (Brasil, 2012; Brasil, 2015). Essa legislação assegura a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a disponibilização de acompanhante especializado quando comprovada a necessidade (Brasil, 2012).

Apesar da consolidação dos direitos no plano legal, a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais ainda enfrenta severos obstáculos práticos na rede pública de ensino (Brasil, 2014). A escassez de recursos pedagógicos adaptados e a infraestrutura física inadequada das escolas limitam a aplicação plena das diretrizes inclusivas previstas em lei (Brasil, 2015).

A lacuna na formação continuada dos professores regentes sobressai como um dos principais entraves para o manejo adequado do TEA no cotidiano da sala de aula (Franz et al., 2022). Sem a capacitação técnica necessária sobre estratégias psicoeducativas e neurodesenvolvimento, os educadores encontram dificuldades para adaptar o currículo de forma eficiente (Zappella et al., 2023).

Dessa forma, superar a distância entre o texto legal e a realidade das salas de aula exige investimentos contínuos em políticas públicas intersetoriais e na valorização docente (Brasil, 2014). Somente mediante o financiamento adequado da educação especial e a articulação entre saúde e assistência social será possível garantir a inclusão plena de crianças com TEA (Brasil, 2015).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a consolidação do cuidado e da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista nos anos iniciais exige a efetiva articulação entre as redes de saúde e educação, superando a fragmentação assistencial por meio do trabalho multiprofissional. Embora o Brasil disponha de um arcabouço normativo avançado que assegura a maturidade dos direitos e o acesso à escola regular, persistem entraves operacionais severos ligados à formação docente continuada e à escassez de recursos pedagógicos adaptados. Assim, o fortalecimento de intervenções precoces baseadas em evidências científicas, associado ao suporte e ao engajamento da família, firma-se como o pilar indispensável para atenuar prejuízos ao

neurodesenvolvimento, garantir a participação plena no ambiente escolar e efetivar, na prática cotidiana, a dignidade da criança com TEA.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 24/2014/MEC/SECADI/DPEE**. Orientação aos sistemas de ensino sobre a prestação de apoio escolar aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Brasília, DF: MEC, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- DANIOLU, S.; PANDIS, N.; ZNOJ, H. The Efficacy of Early Interventions for Children With Autism Spectrum Disorders: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 52, n. 8, p. 3412-3428, 2022.
- DENIZ, E. et al. Parent-Mediated Play-Based Interventions to Improve Social Communication and Language Skills of Preschool Autistic Children: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 11, n. 2, p. 189-205, 2024.
- FRANZ, L. et al. Early Autism Assessment and Diagnostic Challenges in Public Health Systems: A Literature Review. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 22, n. 3, p. 455-468, 2022.
- KALB, L. G.; CONTRACTOR, A. A.; ENGEL, M. Advancing Collaborative Care for Autistic Children and Adolescents across Health and Educational Settings. **JAMA Pediatrics**, v. 177, n. 11, p. 1125-1126, 2023.
- MCGLADE, A. et al. Efficacy of very early interventions on neurodevelopmental outcomes for infants and toddlers at increased likelihood of or diagnosed with autism: A systematic review and meta-analysis. **Autism Research**, v. 16, n. 6, p. 1145-1160, 2023.
- MENEZES, C. R. et al. Atuação multiprofissional na intervenção precoce do Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa. **Revista CEFAC**, v. 24, n. 4, e8822, 2022.
- PIRES, J.; GRATTÃO, C.; GOMES, R. Os Desafios para a Intervenção Precoce e seus Efeitos no Prognóstico do Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Sistemática. **Revista FT**, v. 29, n. 140, p. 1-15, 2024.
- ROTHER, E. T. Revisão narrativa vs revisão sistemática. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.
- SANDBANK, M. P. et al. Non-pharmacological interventions for young autistic children: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials (Project AIM). **BMJ**, v. 383, e076729, p. 1-14, 2023.

Renan Felipe Pereira Gonçalves | Larissa de Cássia da Silva Berres | Rayane Demarco Sklar | Sueli Kuttert Claro dos Santos |
Lucia Marcinek | Josiane Fatima Fernandes | Taysmara Ramos | Mayara Bisognin Carneiro de Siqueira | Fernanda Correa de
Melo | Juliana Valerio Silva | Fernando Sluchensci dos Santos

YI, S.; KIM, S.; LEE, J. Effectiveness of the SCERTS Model–Based Interventions for Autistic Children: A Systematic Review. **Journal of Speech, Language, and Hearing Research**, v. 65, n. 7, p. 2668-2685, 2022.

ZAPPELLA, M. et al. Reversible autism and neurodevelopmental trajectories in early childhood: Intersectoral care and clinical implications. **Journal of Child Neurology**, v. 38, n. 5, p. 310-322, 2023.